



AIG Seguros Brasil S.A.

CNPJ 33.040.981/0001-50

www.aig.com.br

Relatório da Administração - Dezembro de 2019

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e os pareceres dos Auditores Independentes, referentes às atividades da AIG Seguros Brasil S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil desde 1949 e acompanhando a evolução das demandas do mercado com o lançamento contínuo de produtos inovadores, a AIG tem ajudado pessoas e empresas a se desenvolverem e aproveitarem as oportunidades, identificando e gerenciando riscos. Nossa missão é contribuir para que nossos clientes possam tomar decisões de maneira informada que lhes permitam estar mais seguros. Oferecemos aos nossos clientes experiência profissional e entendimento sobre riscos para que possam prosperar em um mundo em constante mudança, ajudando-os a compreender as questões de hoje e estar mais bem preparados para o amanhã.

Atendendo a milhões de clientes em mais de 80 países e jurisdições, nossa atuação global permite-nos entender as necessidades dos nossos clientes, respeitando as características de suas culturas locais. Disponibilizamos um dos mais completos portfólios de produtos de mercado, somos líderes em diversas linhas e oferecemos rica experiência em atendimento de sinistros, solidez financeira e ampla expertise em gerenciamento de riscos.

Nós da AIG Brasil estamos focados no segmento de seguros corporativos, oferecendo soluções de seguros para Responsabilidade Civil, Soluções para Pequenas e Médias Empresas, Ambiental, Linhas Financeiras, Transportes, Propriedade e Crédito; e seguros para pessoas, como Viagem e Acidentes Pessoais, entre outros.

A AIG Seguros Brasil S.A., subsidiária da AIG American International Group, está comprometida com o país e apoia seus negócios em pilares estratégicos, como reconhecimento de pessoas, segurança, compromisso com clientes e parceiros de negócios e tecnologia, com o Portal do Corretor AIG, que permite aos corretores mais agilidade no atendimento ao mercado. O Grupo AIG também opera em resseguros por meio da AIG Resseguros Brasil S.A. (resseguradora local) e da American Home Assurance Company (resseguradora admtida), com o objetivo de oferecer capacidade ao mercado de seguros brasileiro, sempre fiel aos padrões e políticas de qualidade do grupo AIG.

Performance econômica-financeira
Em termos de vendas, os prêmios emitidos pela Seguradora atingiram um volume de R\$ 624,9 milhões

no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 12,4% menor que o exercício findo de 2018, e em termos de prêmio ganho atingiu R\$ 683,6 milhões, 10,7% maior que em 2018. Com relação às despesas, as operacionais atingiram R\$ 13,6 milhões e as administrativas R\$ 123,8 milhões em 2019, representando na sua totalidade um aumento de 4,9% em relação ao ano de 2018. A sinistralidade no ano de 2019 foi de 44,7%, sendo R\$ 305,4 milhões de sinistros incorridos, comparada com uma sinistralidade de 53,3% em 2018, e o custo de aquisição impactou em R\$ 71,4 milhões, sendo 11,3% maior que 2018, em linha com o aumento do prêmio ganho. Quanto às operações de resseguro, as despesas e receitas da operação resultaram em R\$ 184,9 milhões, 14,2% maior que em 2018. No mais, a receita financeira contribuiu com R\$ 48,2 milhões, 45,9% maior que o exercício findo de 2018, as despesas com tributos representaram R\$ 18,2 milhões, 56% maior que o ano anterior, e soma de outras linhas representaram um impacto de R\$ 0,9 milhões. Sendo assim, a operação da Seguradora obteve um lucro de R\$ 5,7 milhões, que foi consumido pelo resultado patrimonial oriundo da operação da AIG Resseguradora, de R\$ 19,3 milhões, resultando em um prejuízo do exercício de R\$ 13,5 milhões.

Distribuição de lucros
A Seguradora tem como política a distribuição de dividendos ao final do ano em caso de lucro, garantindo até 25% estabelecido no seu acordo de acionistas, após a constituição de 5% da reserva legal, quando aplicável.

Perspectivas
Em 2019, focamos em eficiência, nos nossos diferenciais e capacidade técnica de nossos subscritores para continuar a atender corretores parceiros e clientes com agilidade e profissionalismo. Na área de riscos complexos mantivemos nosso portfólio diversificado, expandimos nossa participação e penetração no mercado de Riscos Diversos Equipamentos para máquinas e equipamentos das linhas amarela e verde, além de termos dado continuidade ao trabalho qualificado de treinamentos aos corretores e apoio à gestão dos riscos. Seguimos nosso foco em inovação e relacionamento com o mercado, incluindo corretores e clientes, mantendo os investimentos na plataforma *full-service online* Portal do Corretor AIG, e lançamos o *blog* www.negociosseguro.com.br, onde exploramos a evolução da tecnologia, riscos e soluções de seguros voltados a diversos segmentos de mercado, com o objetivo de fortalecer no país a cultura do seguro como fator de prevenção.

Com o objetivo de fortalecer nossa presença no mercado de PME's, selamos uma aliança estratégica

para distribuição de cinco produtos já comercializados pela AIG, onde segmentamos o mercado por limites de importância segurada, e passamos a fazer parte também do portfólio de produtos oferecidos pela Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, contando com a garantia de proteção de resseguro da O.G. em junho desse ano, os primeiros produtos, Responsabilidade Civil Profissional e Gestão Protegida/D&O, começaram a ser oferecidos pela Porto Seguro e seguimos no processo de implantação dos demais produtos. O ano de 2019 é um ano de desenvolvimento da aliança, que já demonstra perspectivas de resultados positivos.

De forma geral, entendemos que as perspectivas macroeconômicas para 2020 são positivas, os índices econômicos sinalizam que o país segue na retomada do crescimento e controle inflacionário. As reformas estruturais começaram a tornar-se realidade com a reforma da Previdência, porém a indefinição sobre as reformas fiscal e tributária ainda são fatores que podem retardar a velocidade deste crescimento sustentável da economia. Em geral o setor de seguros tem muito a contribuir para o crescimento sustentável do país, à medida que é um aliado do planejamento financeiro de pessoas e empresas, a AIG, especificamente, por sua experiência, capacidade global, e conhecimento local, está pronta para atuar ao lado dos diferentes projetos de infraestrutura ao desenvolvimento dos negócios privados de diferentes portes e segmentos. Com foco no fortalecimento das alianças com parceiros de negócios, excelência de subscrição, oferta diversificada e atendimento às demandas do mercado, aliados à reorganização dos negócios e ao controle contínuo de despesas, estamos preparados para atuar com a agilidade que nossos corretores parceiros e clientes esperam. Continuamos investindo na capacitação de nossa equipe, cadeia comercial, em tecnologia e no fortalecimento dos valores AIG, como voluntariado, inclusão e diversidade. Acreditamos na contribuição desses fatores para que continuemos sendo uma seguradora líder nos segmentos de grandes riscos e pequenas e médias empresas.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da AIG Seguros Brasil S.A.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

A Diretoria

Balanco Patrimonial

Exercício Findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
ATIVO		
Circulante	1.589.239	1.537.709
Disponível	62.969	45.236
Caixa e bancos (Nota 5)	62.969	45.236
Aplicações financeiras (Nota 6)	605.819	588.600
Créditos das operações com seguros e resseguros	323.874	330.341
Prêmios a receber (Nota 7)	231.356	268.754
Operações com seguradora	4.434	3.587
Operações com resseguradora (Nota 8)	87.395	55.881
Outros créditos operacionais	689	2.119
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	555.094	514.941
Títulos e créditos a receber	9.668	22.252
Ressarcimentos a receber (Nota 10)	9	80
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	314	8.217
Outros créditos (Nota 12)	9.345	13.955
Outros valores e bens	-	17
Bens à venda - Salvados	-	17
Despesas antecipadas (Nota 13)	66	135
Custos de aquisição diferidos (Nota 14)	30.749	36.187
Não circulante	192.317	240.893
Realizável a longo prazo	106.155	132.757
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.507	18.455
Prêmios a receber (Nota 7)	2.413	18.361
Operações com seguradora	94	94
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	61.289	65.543
Títulos e créditos a receber	41.246	46.568
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	31.810	34.434
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 15)	9.008	11.698
Outros créditos (Nota 12)	428	436
Custos de aquisição diferidos (Nota 14)	1.113	2.191
Investimentos (Nota 16)	70.672	89.991
Participações societárias	70.672	89.991
Imobilizado	11.773	11.222
Imóveis de uso próprio	2.544	2.417
Bens móveis	3.525	4.121
Outras imobilizações	5.704	4.684
Intangível	3.717	6.923
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	3.717	6.923
Total do ativo	1.780.556	1.778.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial

Exercício Findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
PASSIVO		
Circulante	1.344.138	1.317.323
Obrigações a pagar	75.580	48.994
Obrigações a pagar (Nota 17.1)	11.622	12.723
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 18)	19.727	15.191
Encargos trabalhistas	5.778	5.867
Impostos e contribuições (Nota 18)	8.845	2.187
Outras contas a pagar (Nota 17.2)	29.608	13.026
Débitos de operações com seguros e resseguros	276.668	279.353
Prêmios a restituir	957	2.211
Operações com seguradora	12.021	11.739
Operações com resseguradoras (Nota 19)	237.892	234.392
Corretores de seguros e resseguros	24.667	29.422
Outros débitos operacionais (Nota 20)	1.131	1.589
Depósitos de terceiros (Nota 21)	2.818	3.548
Provisões técnicas - seguros (Nota 22)	989.072	985.428
Danos	963.717	968.422
Pessoas	25.355	17.006
Não circulante	111.480	122.800
Contas a pagar	9.989	7.385
Tributos diferidos (Nota 24)	9.989	7.385
Débitos de operações com seguros e resseguros	941	9.102
Operações com seguradora	447	447
Operações com resseguradoras (Nota 19)	494	7.858
Corretores de seguros e resseguros	494	7.977
Provisões técnicas - seguros (Nota 22)	98.904	101.222
Danos	94.255	98.267
Pessoas	4.649	2.955
Outros débitos	1.646	5.091
Provisões judiciais (Nota 23)	1.646	5.091
Patrimônio líquido	324.938	338.479
Capital social (Nota 25(a))	1.099.262	1.099.262
Prejuízo acumulado	(774.324)	(760.783)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.780.556	1.778.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício Findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2018	1.099.262	(709.124)	390.138
Prejuízo do exercício	-	(51.659)	-
Em 31 de dezembro de 2018	1.099.262	(760.783)	338.479
Em 1º de janeiro de 2019	1.099.262	(760.783)	338.479
Prejuízo do exercício	-	(13.541)	-
Em 31 de dezembro de 2019	1.099.262	(774.324)	324.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

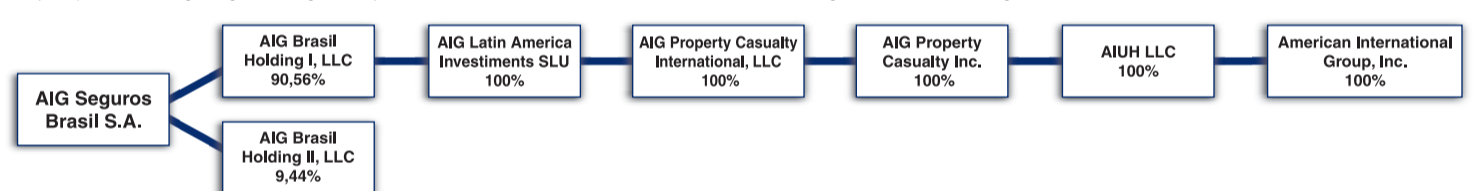
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercício Findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Seguros Brasil S.A. ("AIG Seguros" ou "Seguradora"), com sede na Avenida Doutor Churci Zaidan, 296 - 17º e 18º andares, Vila Cordeiro, São Paulo - SP, é subsidiária da AIG Inc. (American International Group Inc.), e atua em seguros gerais e seguros de pessoas em todo território nacional. A estrutura societária da Seguradora é conforme diagrama demonstrado abaixo:



A Seguradora conta com o suporte constante do acionista controlador nos Estados Unidos, com disponibilidade de capital, mantendo o compromisso de manter a solvência, liquidez e os limites de capital mínimos requeridos para a operação da Seguradora no Brasil. A Seguradora oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender às necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos:

- **Seguros de pessoas**
 - Viagem
 - Roubo e danos
 - Outros
- **Seguros corporativos**
 - Riscos de engenharia e propriedades
 - Garantia
 - Riscos ambientais
 - Responsabilidade profissional e civil
 - Outros

Em 13 de setembro de 2019, a AIG Seguros Brasil S.A. requereu formalmente a sua retirada do Consórcio de operação do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, sendo que todos os efeitos de referida retirada passam a ser produzidos a partir de 1º de janeiro de 2020, conforme instrumento próprio devidamente formalizado com este consórcio e a Seguradora Líder.

Conforme Portaria nº 118, de 7 de novembro de 2019, processo SUSEP nº 15414.629524/2019-19, foi aprovada a mudança do endereço da Sede da AIG Seguros Brasil S.A., para Avenida Doutor Churci Zaidan, nº 296 - 17º e 18º andares, Vila Cordeiro, São Paulo - SP.

Conforme despacho nº 1.681 de 21 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de dezembro de 2018, edição 246, seção 1, foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sem restrições, parceria comercial entre AIG Seguros Brasil, AIG Resseguros Brasil e a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (Porto Cia.), subsidiária do Grupo Porto Seguro.

O acordo aprovado consiste em uma aliança estratégica entre a Porto Cia. e a AIG Seguros Brasil para distribuição de produtos de Responsabilidade Civil Profissional, Gestão Protegida (D&O), Riscos Cibernéticos, Ambiental Transporte e Operador Portuário focado no mercado de pequenas e médias empresas no Brasil. As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2020.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial. As demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A demonstração do resultado abrangente não sofreu ajustes, tendo em vista que não existem outros itens além do resultado do exercício.

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(13.541)	(51.659)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Valor justo ganho	-	-
Imposto de renda	-	-
Resultado abrangente do exercício	(13.541)	(51.659)

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias "Mantidos para negociação" e "Avaliados ao valor justo através do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial. Em 22 de dezembro de 2017, foi emitida a Circular SUSEP nº 561/17 e alterações posteriores, que dispõe sobre as Normas Contábeis no que se refere ao plano de contas a ser observado pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, instituídas pela Resolução CNSP nº 86, de 3 de setembro de 2002, a partir de 1º de janeiro de 2017. Em 10 de julho de 2018, foi emitida a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, que dispõe sobre as provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco de subscrição crédito operacional e mercado; constituição de bancos de dados de perdas operacionais; plano de regularização de solvência; registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários; procedimentos de auditoria contábil independente das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente e sobre os Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuarial - IBA. CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A norma é efetiva com início a partir de 1º de janeiro de 2018, enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do exercício, dentre outras alterações e é considerada uma norma muito mais robusta que a atualmente vigente. A norma substituirá a IFRS 4/CPC 11 - de mesmo nome, e entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a emissão do normativo pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mas especificamente para o mercado de seguros, a apreciação e aprovação prévia da SUSEP. Os normativos citados anteriormente serão aplicáveis quando homologados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os possíveis impactos oriundos da adoção desses normativos serão avaliados após a homologação da SUSEP.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Seguradora.

2.2. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em moeda Real do Brasil (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a taxa de câmbio do último dia de fechamento. A Seguradora não possui subsidiárias no exterior ou no Brasil cuja moeda funcional seja diferente de sua moeda funcional.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem contas bancárias.

2.4. Ativos financeiros

(a) Classificação e mensuração
A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 38/SS para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e quaisquer diferenças entre o valor justo e o valor pago pela Seguradora para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como *day-one profits/losses*) são reconhecidas no resultado do exercício somente quando a Seguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos.

A Seguradora utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação (data em que a Seguradora se torna parte de um contrato), assim como a baixa de um ativo financeiro e o reconhecimento de ganho ou perda não efetuadas no dia em que a negociação de liquidação ocorre.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros detidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição. A Seguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorre. A *Option* não designou nenhum ativo ou passivo financeiro através da opção de valor justo, ou *fair value option* nas demonstrações financeiras.

(c) Recebíveis, incluindo prêmios a receber de segurados

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não originados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis derivativos de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio emitido. Os outros recebíveis da Seguradora compreendem as demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para *impairment* a cada data de balanço (vide política contábil 2.5(a)).

(d) Determinação de valor justo de ativos

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços atuais de compra (*bid prices*). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares. **2.5. Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)**
(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados)
A Seguradora avalia periodicamente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de ativo financeiro esteja deteriorado ou *impaired*. Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Seguradora somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurada com confiabilidade pela Administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Seguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- Dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
- Quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor, se é provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata;
- Desaparecimento de um determinado ativo de um mercado ativo (para títulos e valores mobiliários).

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria, a Seguradora utiliza uma metodologia amplamente conhecida como metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Para o cálculo coletivo de *impairment*, a Seguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos índices históricos de perda dos grupos avaliados com base em metodologia de rolagem, amplamente conhecida como *Roll Rate Model*.

A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria e os estudos econômicos de perda consideram emissões feitas em exercícios anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.

(b) Ativos não financeiros

Ativos não financeiros sujeitos à depreciação ou amortização são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).

Os ativos registrados como custos de aquisição diferidos de contratos de seguros são avaliados, quanto à sua recuperabilidade, segundo o Teste de Adequação de Passivos (TAP) (vide Nota 2.11.3).

Demonstração do Resultado

Exercício Findo em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
Prêmios emitidos (Nota 26)	624.983	713.517
Variáveis das provisões técnicas de prêmios (Nota 27)	58.652	(96.167)
Prêmios ganhos (Nota 26.1)	683.635	617.350
Receita com emissão de apólices	3.635	3.193
Sinistros ocorridos (Nota 28)	(305.447)	(328.823)
Custos de aquisição (Nota 29)	(71.405)	(64

a) Provisão de Prêmios Não Ganhos ("PPNG")
 A PPNG é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, incluindo a parcela de variação cambial nos casos de riscos em moeda estrangeira, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas dos resseguradores e a modalidade do contrato de repasse.

b) Provisão de Prêmios Não Ganhos ("PPNG-RVNE")
 A PPNG-RVNE é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, referente às apólices que já iniciaram vigência, mas ainda não foram emitidas. Essa provisão é feita através de cálculos estatísticos visando estimar todos os riscos já vigentes no qual deve-se ter reserva caso tenha a ocorrência de um sinistro.

c) Provisão Complementar de Cobertura ("PCC")
 A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 517/15.

O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa trazidos a valor presente e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos, e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas (mais detalhes sobre o TAP, vide item 2.11.3).

d) Provisão de Sinistros a Liquidar ("PSL")
 Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o IBNR é calculada uma provisão de sinistros estimados, destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar (IBNER), considerando inclusive aqueles processos civis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro.

A Provisão de PSL referente ao convênio DPVAT é registrada com base nos demonstrativos recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

e) Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados ("IBNR")
 O IBNR é constituído com o objetivo de cobrir os sinistros já ocorridos, porém ainda não avisados e cadastrados na Seguradora. A metodologia adotada baseia-se na análise estatística do desenvolvimento do sinistro, conhecida como "triângulo de run-off", desde sua ocorrência até o pagamento. Atrovés dessa análise é possível estimar o sinistro final por cada trimestre de ocorrência de sinistro, sendo a diferença entre o sinistro final e o sinistro já registrado, o IBNR.

Para fins de atendimento às regras SUSEP, a Seguradora também elabora um triângulo de run-off utilizando apenas as datas de ocorrência, aviso e os valores de abertura dos sinistros, para determinar qual a provisão de IBNYR (*Incurred but not yet reported*) da Seguradora e consequentemente os valores estimados para ajuste dos sinistros (IBNER) *run-off* não avisados.

Ademais, também é elaborado um triângulo de *run-off* bruto e líquido de valores de salvados, para determinar a estimativa de salvados a recuperar da Seguradora.

A Provisão de IBNR referente ao convênio DPVAT é registrada com base nos demonstrativos recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., bem como a provisão de IBNR relativa a operações de retrocessão foi constituída com base nos valores informados pelos resseguradores.

f) Provisão de Despesas Relacionadas ("PDR")
 A provisão de despesas relacionadas é constituída para fins de cobertura das despesas relacionadas a sinistros da Seguradora. Esta é composta pelas despesas diretamente alocadas a sinistros já avisados, estimativa de despesas diretamente alocadas para os sinistros ainda não avisados (IBNR) para a qual, segue a mesma metodologia de cálculo do IBNR, e despesas não diretamente alocadas a sinistros (ULAE), para fins de cobertura das despesas administrativas relacionadas a sinistros.

g) Provisão de Despesas Administrativas ("PDA")
 É constituída Provisão de Despesas Administrativas (PDA) para o ramo de Seguro DPVAT com base em metodologia determinada pelo CNSP, essa provisão é registrada com os informes emitidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., administradora do mesmo.

2.11.3. Teste de Adequação dos Passivos (LAT - Liability Adequacy Test)
 Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 517, de 2015, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado calculando a diferença entre todos os passivos de contratos de seguro contabilizados permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos custos de aquisição diferidos do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de seguros e o valor presente dos passivos projetados por análises atuariais de fluxo de caixa. Conforme determinação regulatória são realizadas duas análises separadas, atenuando uma para riscos aceitos e outra para prêmios futuros. Ainda, a análise de riscos aceitos deve ser segregada entre fluxos de sinistros a ocorrer e fluxos de sinistros ocorridos. Os fluxos de sinistros são projetados considerando a particularidade de cada linha de negócio, conforme sinistralidade abaixo:

	Sinistralidade passivo	Sinistralidade ativo
Acidentes pessoais	63%	69%
Garantia estendida	60%	60%
Roubo e furto	82%	87%
Aeronáutico	65%	65%
Responsabilidade civil geral excedente	55%	55%
Responsabilidade civil geral	52%	47%
Propriedade	55%	52%
Gerenciamento de crises	40%	40%
Engenharia/Energia	30%	30%
Ambiental	43%	42%
Riscos financeiros D&O	35%	35%
Riscos financeiros E&O	48%	43%
Transportes - Cargo	62%	0%
Transportes - Responsabilidade	50%	35%
Contas internacionais Cauda Curta	50%	50%
Contas internacionais Cauda Longa	40%	33%
Grandes propriedades	26%	22%
Garantia	26%	26%
Risco de crédito	50%	50%

O valor presente dos fluxos nominais futuros é calculado utilizando curva de juros (ETTJ), informada pela SUSEP e ANBIMA, com referência na taxa Prefixada para os riscos em BRL e Cupom Cambial para os riscos em USD.

Mesmo quando da não ocorrência de um TAP positivo, a Companhia elabora os fluxos dos ativos de resseguro gerencialmente, considerando nas entradas e saídas de recursos todos os ativos de resseguro, deduzidos das comissões de resseguro diferidas, considerando a defasagem natural de três meses, adotada pela Companhia, para pagamento e recebimento das transações relacionadas a resseguro. Tanto para o teste dos riscos já assumidos quanto para os prêmios futuros, não foi constatada insuficiência na totalidade da carteira.

2.12. Derivativos embutidos
 A Seguradora emite contratos de seguro cujos pagamentos de sinistros são denominados em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e nos exercícios de liquidação. Como o pagamento destes fluxos de caixa de benefícios são contingentes ao evento de perda, o derivativo embutido nesses contratos atende à definição de um contrato de seguro por si só, e usufruem da isenção prevista no CPC 11, que permite a não "bituração", ou contabilização separada dos derivativos embutidos ao valor justo, periodicamente. A Seguradora elaborou análises de sensibilidade para risco financeiro que considera as variações sobre esses contratos na Nota 4.1.

2.13. Outras provisões, ativos e passivos contingentes
 A Seguradora reconhece uma provisão somente, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Seguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente, quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Seguradora constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza civil, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração dispõe de total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

2.14. Capital social
 As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

2.15. Políticas contábeis para reconhecimento de receita
2.15.1. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro
 As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente ao longo do exercício de cobertura do risco das respectivas apólices.

2.15.2. Receita de instrumentos financeiros
 As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

2.15.3. Receitas de aluguéis de imóveis a terceiros
 As receitas de aluguéis de ativos imobiliários de investimento são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método linear e proporcionalmente ao longo do exercício do aluguel. Quaisquer incentivos ou despesas de aluguel são reconhecidos segundo o mesmo padrão de reconhecimento de receita.

2.16. Imposto de renda e contribuição social
 A despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do exercício os efeitos dos impostos de renda e da contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, anteriormente 15%, em decorrência da Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015 que elevou a alíquota da contribuição social. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota da CSLL voltou a ser praticada a 15%.

Os impostos diferidos são aqueles calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, e em consonância com os requerimentos da Circular SUSEP nº 544/2016 e alterações posteriores.

Com base nas disposições da Circular SUSEP nº 544/2016, que altera a Circular nº 517/15, a Seguradora não está reconhecendo os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias desde julho de 2012, tendo em vista o histórico de prejuízos acumulados nos últimos exercícios sociais.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros
 As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. Para a definição da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, a Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis, indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e a experiência dos atuários da Seguradora. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos. A Seguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota Explicativa 4.1.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas
 A Seguradora possui poucos processos judiciais trabalhistas e civis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, o processo utilizado pela alta Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e estágio (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25 vide Nota 23.

(c) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários
 Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, bem como atendendo os requisitos mínimos determinados na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis, vide Nota 11.

4. GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL

4.1. Gestão de risco de seguro

(a) Risco de seguro
 O Risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra, ou não, e em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativamente de seguro são aqueles contratos onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento segurado não ocorre.

A Seguradora gerencia os contratos de seguros através de políticas internas de subscrição, nesta incluindo-se limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo comitê de crédito. No momento de definir o prêmio de seguros é aplicada a teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carrying amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado.

Para reduzir esse risco trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição ao risco. Complementar a isso, temos uma estratégia de subscrição que permite identificar o tipo de risco e fatores que o agravam, como a localização, coberturas, tipos de indústria, entre outros, no momento da precificação do produto. A Companhia analisa seus riscos conforme, a administração dos mesmos mundialmente pela AIG. Segue abaixo os agrupamentos, bem como seu diferimento médio:

Seguros de pessoas	Tempo de diferimento
• Acidentes pessoais	1 ano
• Garantia estendida	4 anos
• Roubo e furto	1 ano
Seguros corporativos	Tempo de diferimento
• Aeronáutico	2 anos
• Responsabilidade civil geral excedente	1 ano
• Responsabilidade civil geral	4 anos
• Propriedades	1 ano
• Gerenciamento de crises	1 ano
• Engenharia / Energia	6 anos
• Ambiental	3 anos
• Riscos financeiros	1 ano
• Transportes	1 ano
• Contas internacionais	1 ano
• Grandes propriedades	1 ano
• Garantia	5 anos
• Risco de crédito	1 ano
• Outros	1 ano

Segue abaixo o demonstrativo de concentração de riscos de seguros da Seguradora:

(b) Concentração de risco por localidade - prêmios emitidos até 31 de dezembro de 2019

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Compreensivo empresarial	1.433	812	128	6.184	2.347	10.904
Compreensivo riscos cibernéticos	344	34	-	9.081	437	9.896
Crédito à exportação	-	-	-	3.496	511	4.007
Garantia estendida	174	192	246	811	233	1.656
Garantia segurado - Setor público	39	2	-	26.962	82	27.085
Lucros cessantes	2.145	20	429	7.249	1.730	11.573
Marítimos (casco)	-	212	436	265	1.497	2.410
R.C. armador	-	-	-	817	-	817
R.C. de administradores e diretores (D&O)	1.462	4.594	153	68.161	4.972	79.342
R.C. do transportador desvio de carga	6.756	1.310	181	10.619	6.019	24.885
R.C. do transportador rodoviário carga	10.585	2.376	353	15.292	7.343	35.949
R.C. geral	1.054	1.507	233	31.247	4.248	38.289
R.C. hangar	-	-	-	1.227	-	1.227
R.C. profissional	1.025	460	175	21.711	2.971	26.342
R.C. riscos ambientais	981	1.641	275	13.887	2.869	19.653
Riscos de engenharia	92	1.628	22	3.101	1.751	6.594
Riscos de petróleo	-	-	-	1.110	-	1.110
Riscos diversos	644	574	153	37.543	2.681	41.595
Riscos diversos - Financeiros	-	56	-	8.967	242	9.265
Riscos financeiros - Crédito interno	-	7.880	-	44.831	3.101	55.812
Riscos nomeados e operacionais	7.322	51.153	2.487	64.741	23.468	149.171
Seguro benfiteiras e produtos agropecuários	622	-	515	347	1.049	2.533
Seguros compreensivos de operações portuárias	-	-	357	9.486	3.278	14.708
Transporte internacional	18	136	-	6.118	1.963	8.235
Transporte nacional	764	499	-	8.912	3.677	13.852
Turístico (viagem)	4	107	31	70.458	805	71.405
Demais ramos	-	-	-	84	1	85
Total	35.464	75.550	7.404	472.707	77.275	668.400

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:

- Os prêmios emitidos DPVAT em 31/12/2019: 13.195
- Os prêmios emitidos de Cosseguro Aceito em 31/12/2019: (1.485)
- Os prêmios emitidos de Cosseguro Cedido em 31/12/2019: (36.759)
- Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos em 31/12/2019: (18.358)

624.983

(c) Concentração de risco por localidade - prêmios emitidos em 31 de dezembro de 2018

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Aeronáuticos	-	-	-	(1.620)	-	(1.620)
Compreensivo empresarial	571	1.935	177	11.053	2.353	16.089
Crédito à exportação	-	-	-	3.148	1.024	4.172
Garantia estendida	89	121	193	527	152	1,082
Garantia segurado - Setor público	699	-	-	1.840	28	2,567
Lucros cessantes	141	718	972	6.920	2.440	11,191
Marítimos (casco)	-	228	434	457	1.438	2,557
R.C. profissional	1.583	991	245	33.089	5.518	41,425
R.C. geral	439	880	233	44.901	4.339	50,792
R.C. de administradores e diretores (D&O)	3.942	5.121	331	69.205	6.464	85,063
R.C. riscos ambientais	1.009	1.472	328	13.569	2.802	19,180
Responsabilidade civil armador	-	-	-	1.449	-	1,449
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	8.139	1.558	202	7.132	6.237	23,268
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	10.410	3.546	370	10.044	9.566	33,937
Responsabilidade civil facultativa para aeronaves RCF	-	-	-	(260)	-	(260)
Responsabilidade civil hangar	6.204	-	-	4.111	895	11,210
Riscos de engenharia	108	40	-	4.683	689	5,521
Riscos de petróleo	-	-	-	1.227	9	1,237
Riscos diversos	713	1.087	210	23.173	2.929	28,111
Riscos diversos - financeiros	-	-	-	8.436	540	8,975
Riscos financeiros - Crédito interno	-	4.833	-	48.696	2.179	55,708
Riscos nomeados e operacionais	2.748	38.609	13.474	66.084	13.178	134,093
Seguro benfiteiras e produtos agropecuários	140	-	391	-	-	531
Seguros compreensivos de operações portuárias	-	547	1.352	9.943	2.822	14,663
Transporte internacional	4	58	1	5.769	232	6,064
Transporte nacional	929	908	29	15.682	2.967	20,515
Turístico (viagem)	159	258	1.592	43.857	883	46,749
Demais ramos	-	-	-	2	1	3
Total	38.027	62.912	20.531	433.117	69.686	624.272

Adicionalmente ao quadro acima há também a concentração de risco por localidade para:

- Os prêmios emitidos DPVAT em 31/12/2018: 27.587
- Os prêmios emitidos de Cosseguro Aceito em 31/12/2018: 22.449
- Os prêmios emitidos de Cosseguro Cedido em 31/12/2018: (31.578)
- Os prêmios estimados e riscos vigentes e não emitidos em 31/12/2018: 70.787

713.517

(d) Concentração de risco por localidade - retenção líquida de resseguro em 31 de dezembro de 2019

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Compreensivo empresarial	819	459	111	4.162	1.629	7.180
Compreensivo riscos cibernéticos	(63)	18	-	4.633	256	4.844
Crédito à exportação	-	-	-	1.551	222	1.773
Garantia estendida	110	120	158	509	147	1,044
Garantia segurado - Setor público	107	(44)	-	(3.325)	90	(3,172)
Lucros cessantes	198	(1)	248	1.480	807	2,732
Marítimos (casco)	-	158	100	143	1.338	1,739
R.C. armador	-	-	-	82	-	82
R.C. de administradores e diretores (D&O)	741	2.584	77	34.893	2.207	40,502
R.C. do transportador desvio de carga	6.449	1.246	176	10.072	5.639	23,582
R.C. do transportador rodoviário carga	10.186	2.286	343	14.810	9.968	34,593
R.C. geral	815	1.186	147	24.176	3.422	29,746
R.C. hangar	-	-	-	34	-	34
R.C. profissional	443	272	99	12.898	1.725	15,437
R.C. riscos ambientais	562	905	144	7.706	1.619	10,936
Riscos de engenharia	6	771	9	1.025	751	2,562
Riscos de petróleo	-	-	-	478	-	478
Riscos diversos	402	309	80	19.367	1.651	21,809
Riscos diversos - Financeiros	-	8	-	3.161	76	3,245
Riscos financeiros - Crédito interno	-	3.454	-	18.108	1.243	22,805
Riscos nomeados e operacionais	855	7.962	419	7.681	2.707	19,624
Seguro benfiteiras e produtos agropecuários	200	-	97	112	264	67

A política de risco de crédito da Seguradora prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito, de acordo com as orientações da SUSEP sejam considerados no curso normal de seus negócios. No caso dos resseguradores locais que não dispõem de *rating* de crédito, a Seguradora utiliza análise de crédito específica para definição dos parceiros e percentuais de alocação, pelo menos a cada renovação de contrato.

Classe	Resseguradora	Cedido - %	Rating	Agência classificadora	A. M. Best Company	Standar & Poor's / FITCH
Local	IRB Brasil Resseguros S.A.	57	Sem Rating			
Local	AIG Seguros Brasil S.A.	17	Sem Rating			
Local	ALLIANZ Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	2	Sem Rating			
Local	AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Resseguros S.A.	1		AA-		
Local	MAPPRE do Brasil Companhia de Resseguros	1	Sem Rating			
Local	SWISS RE Brasil Resseguros S.A.	1	Sem Rating			
Local	AUSTRAL Resseguradora S.A.	1	Sem Rating			
Admitida	American Home Assurance Company	10		A		
Admitida	Hannover Rück se	5		A+	AA-	
Admitida	LLOYD'S	2		A	A+	
Admitida	SCOR Reinsurance Company	1		A+	AA-	
Eventual	SANSUNG Fire & Marine Insurance Co., Ltd.	2		A++		
		100				

4.5. Gestão de risco de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (ii) otimizar retornos sobre capital para nossos acionistas. Para que o objetivo seja alcançado, as decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Durante o período de reporte, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

Para o requerimento de capital mínimo, a Seguradora segue os dispostos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores que dispõem sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional, capital de risco de subscrição, capital de risco de mercado e capital de risco de crédito.

O patrimônio líquido ajustado e a suficiência de capital para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Patrimônio líquido (+/-)	324.938	338.479
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior (-)	(70.672)	(89.991)
Despesas antecipadas (-)	(66)	(135)
Ativos intangíveis (-)	(3.717)	(6.923)
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-)	250.483	241.430
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	3.146	2.469
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes associados à variação de valores econômicos (+/-)	253.629	243.899
Capital-Base (CB)	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição (CAS)	59.580	68.525
Capital adicional risco de crédito	26.969	31.804
Risco de mercado	9.358	7.687
Benefício da diversificação (Redução por correlação)	(16.055)	(16.740)
Capital adicional de risco operacional (CROPER)	4.396	4.304
Capital de risco (I)	84.248	95.580
Capital mínimo requerido (II)	84.248	95.580
Suficiência de capital (III)	169.381	148.319
Suficiência de ativos garantidores - vide (Nota 22.1)	58.820	157.072
Liquidez em relação ao capital de risco (20% do capital de risco (CR)) (IV)	16.850	19.176
(=) Excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas superior a 20% capital de risco	41.970	137.956

(i) Correspondente à soma do capital adicional de subscrição, mercado, crédito, benefício da diversificação e do capital de risco operacional.

(ii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o capital-base e o capital de risco.

(iii) A suficiência de capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos capital mínimo requerido.

(iv) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido - CMR em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

5. CAIXA E BANCOS

	2019	2018
Numerário e depósitos à vista em instituições financeiras	62.969	45.236
Total de caixa e equivalentes de caixa	62.969	45.236

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição da carteira	31 de dezembro de 2019					
	Fluxo de caixa contratual e não descontado					
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Saldo contábil
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação (i)						
Fundos de investimento						
DPVAT	105.877	-	-	-	-	105.877
Exclusivo	36.669	-	-	-	-	36.669
Mútuo	70	-	-	-	-	70
Ativos prefixados						
Públicos	-	39.828	-	90.807	-	130.635
Privados	-	-	8.203	-	-	8.203
Ativos pós-fixados						
Públicos	-	32.979	174.270	-	207.249	34%
Privados	-	13.649	30.298	72.971	-	116.918
Outros	198	-	-	-	-	198
Total ativos financeiros	142.814	53.477	71.480	338.048	-	605.819
						100%

Composição da carteira	31 de dezembro de 2018					
	Fluxo de caixa contratual e não descontado					
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Saldo contábil
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação (i)						
Fundos de investimento						
DPVAT	113.150	-	-	-	-	113.150
Exclusivo	28.416	-	-	-	-	28.416
Mútuo	41	-	-	-	-	41
Ativos prefixados						
Públicos	-	67.693	-	40.807	-	108.500
Privados	-	-	-	7.512	-	7.512
Ativos pós-fixados						
Públicos	-	59.902	-	102.646	12.477	175.025
Privados	-	60.320	36.960	58.515	-	155.795
Outros	161	-	-	-	-	161
Total ativos financeiros	141.768	187.915	36.960	209.480	12.477	588.600
						100%

(i) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus vencimentos. Exceto aplicações vinculadas a processos judiciais.

A tabela abaixo demonstra a rentabilidade contratada das aplicações financeiras:

	2019		2018	
	Valor do investimento na curva	Valor de mercado	Valor do investimento na curva	Valor de mercado
Fundo Soberano (exclusivo)		SELIC/CDI		SELIC/CDI
Títulos em Tesouraria (Públicos e Privados)		SELIC/CDI, Prefixado, IPCA		SELIC/CDI, Prefixado, IPCA
Fundos de Ações				
Fundo Cambial				

	2019		2018	
	Valor do investimento na curva	Valor de mercado	Valor do investimento na curva	Valor de mercado
Ativos financeiros a valor justo através do resultado				
Mantidos para negociação				
Títulos renda fixa privados	123.948	125.121	162.541	163.307
Títulos renda fixa públicos	325.553	337.884	281.258	283.525
Cotas de fundos				
DPVAT	105.877	105.877	113.150	113.150
Exclusivo	36.669	36.669	28.416	28.416
Mútuo	70	70	41	41
Outros	198	198	161	161
Total mantido para negociação	592.315	605.819	585.567	588.600
Saldo em 31 de dezembro de 2017	561.464			
Aplicações	383.844			
Resgates	(399.351)			
Rendimento	42.643			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	588.600			
Aplicações	399.764			
Resgates	(437.846)			
Rendimento	55.301			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	605.819			

7. PRÊMIOS A RECEBER

	2019	2018
Prêmios direto	136.127	155.627
Prêmios de cosseguo aceito	7.716	23.480
Prêmios estimados - RVNE	96.691	115.049
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.765)	(7.041)
	233.769	287.115
Circulante	231.356	268.754
Não circulante	2.413	18.361

Movimentação dos prêmios a receber

	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2017	200.187	
Prêmios emitidos seguros direto	889.710	
Prêmios cancelados seguros direto	(188.984)	
Recebimentos seguros direto	(686.685)	
Juros a apropriar - variação	(41)	
Cosseguo aceito - movimentação	4.036	
RVNE - movimentação	70.787	
Provisão para riscos sobre créditos	(1.895)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	287.115	
Prêmios emitidos seguros direto	1.090.516	
Prêmios cancelados seguros direto	(368.864)	
Recebimentos seguros direto	(741.157)	
Juros a apropriar - variação	6	
Cosseguo aceito - movimentação	(15.765)	
RVNE - movimentação	(18.358)	
Provisão para riscos sobre créditos	276	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	233.769	

Prazo médio parcelamento (dias)

Prazo médio recebimento em 2019 foi de 3,31 dias (3,12 dias em 2018).

Parcelamento médio com base nas emissões

A média geral de parcelamento com base nas emissões são 3 parcelas em 2019 (3,26 parcelas em 2018).

A composição do *aging* dos prêmios a receber diretos é demonstrada a seguir:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos vencidos não impaired					
	Ativos não vencidos e não impaired	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias
Prêmios a receber de segurados	111.071	10.135	4.791	1.197	-	8.933
Prêmios a receber de cosseguos aceitos	7.716	-	-	-	-	-
Prêmios estimados (RVNE)	96.691	-	-	-	-	-
	215.478	10.135	4.791	1.197	-	8.933

Composição da carteira por classe e por categoria contábil

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não impaired					
	Ativos não vencidos e não impaired	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias
Prêmios a receber de segurados	116.594	14.303	3.538	2.410	14.329	4.453
Prêmios a receber de cosseguos aceitos	23.480	-	-	-	-	-
Prêmios estimados (RVNE)	115.049	-	-	-	-	-
	255.123	14.303	3.538	2.410	14.329	4.453

A composição dos prêmios a receber diretos por ramo é demonstrada a seguir:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Garantia estendida	1.231	1.593		
Garantia segurado - Setor público	1.359	1.753		
Lucros cessantes	2.936	1.992		
R.C. geral	9.478	8.999		
R.C. profissional	4.504	11.794		
R.C. riscos ambientais	5.886	6.005		
R.C. de administradores e diretores (D&O)	16.952	25.440		
Riscos de engenharia	1.188	314		
Riscos diversos	6.753	7.282		
Riscos financeiros - Crédito interno	13.866	22.159		
Riscos nomeados e operacionais	28.913	19.890		
Transporte internacional	2.312	1.789		
Transporte nacional	4.921	6.559		
Turístico	1.562	869		
Viagem	12.259	20.758		
Demais ramos	22.007	18.431		
	136.127	155.627		

A movimentação da provisão para *impairment* de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	(7.041)	(5.146)		
Provisões constituídas no exercício	(6.765)	(7.041)		
Reversão de provisões para <i>impairment</i>	7.041	5.146		
Saldo no final do exercício	(6.765)	(7.041)		

A estimativa de perda sobre o valor recuperável dos ativos, em particular de prêmio, são realizadas em conformidade com a política de recuperação de perdas da Seguradora (vide Nota 2.5(a)).

Demonstramos a seguir a composição dos créditos das operações com resseguros por ramo:

Ramos	Sinistros pagos		Redução ao valor recuperável		Total
	2019	2018	2019	2018	
Aeronáuticos	967	1.920	(17)	(56)	950
Compreensivo empresarial	6.760	43	(2)	(1)	6.758
R.C. geral	2.933	2.687	(36)	(26)	2.897
R.C. de administradores e diretores (D&O)	3.256	1.850	(4)	(6)	3.252
R.C. riscos ambientais	2.698	2.861	(18)	-	2.680
Responsabilidade civil hangar	1.407	1.326	(21)	(20)	1.386
Riscos de engenharia	1.991	540	(4)	(2)	1.987
Riscos diversos	4.571	1.322	(5)	(3)	4.566
Riscos financeiros - Crédito interno	7.948	13.756	(19)	(18)	7.929
Riscos nomeados e operacionais	21.463	6.418	(134)	(58)	21.329
Seguros compreensivos de operações portuárias	1.730	244	-	-	1.730
Transporte internacional	5.550	402	(6)	(6)	5.544
Turístico	795	1.769	(15)	(36)	780
R.C. profissional	2.828	4.028	-	-	2.828
Transporte nacional	2.865	4.537	(12)	(12)	2.853
Responsabilidade civil facultativa para aeronaves RCF					

12. OUTROS CRÉDITOS

	2019	2018
Adiantamentos administrativos e a funcionários	2.907	6.766
Valores a receber com partes relacionadas (Nota 38)	6.866	7.625
	9.773	14.391
Circulante	9.345	13.955
Não circulante	428	436

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	2019	2018
Despesas administrativas	66	135
	66	135

14. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2019	2018
Produtos para indivíduos		
Turístico	129	94
Viagem	29	44
Demais ramos	1	-
	159	138
Produtos para empresas		
Compreensivo empresarial	818	1.714
Garantia estendida	19	23
Garantia seguro - Setor público	2.177	2.807
Lucros cessantes	371	1.332
R.C. profissional	1.609	3.213
R.C. geral	3.255	3.353
R.C. de administradores e diretores (D&O)	7.716	6.504
R.C. riscos ambientais	1.568	1.694
Compreensivo riscos cibernéticos	601	-
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	566	544
Riscos de engenharia	723	938
Riscos diversos	1.227	1.240
Riscos diversos - Financeiros	423	476
Riscos financeiros - Crédito interno	4.583	4.156
Riscos nomeados e operacionais	4.029	8.101
Seguros compreensivos de operações portuárias	452	447
Transporte nacional	225	284
Demais ramos	1.341	1.414
	31.703	38.240
Total geral	31.862	38.378
Circulante	30.749	36.187
Não circulante	1.113	2.191

Custo de aquisição diferido refere-se à comissão a pagar a corretores.

	2019	2018
Mutação da DAC		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.856	
Adições	67.576	
Amortizações	(63.771)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.661	
Adições	67.706	
Amortizações	(71.446)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	24.921	
Mutação da DAC - RVNE		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.202	
Nova estimativa de comissões emitidas	9.851	
Estimativa de comissões amortizadas	(134)	
Reversão da reserva anterior	(5.202)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.717	
Nova estimativa de comissões emitidas	7.030	
Estimativa de comissões amortizadas	(89)	
Reversão da reserva anterior	(9.717)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.941	
Total	31.862	

São considerados como Custo de Aquisição Diferidos, os custos de aquisição com relação direta e incremental com a apólice/bilhete/certificado, sendo hoje, somente corretagem. O diferimento médio por produto adotado pela Companhia está descrito no item 4 das notas explicativas – Gestão de risco de seguro.

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	2019	2018
Cíveis	998	3.889
Fiscais (*)	7.944	7.769
Trabalhistas	66	40
	9.008	11.698

(*) Trata-se de depósitos a recuperar, em esfera administrativa e judicial, referentes a débitos fiscais incluídos no Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. Referidos créditos estão em processo de recuperação.

16. INVESTIMENTOS

A Seguradora participa em 99,99% do capital da AIG Resseguros Brasil S.A., cujas operações tiveram início no exercício de 2011. Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da controlada totalizava R\$ 70.371 (dezembro de 2018 – R\$ 89.695), sendo que o prejuízo do exercício de 2019 foi de R\$ (19.324) (dezembro de 2018 – prejuízo de R\$ 10.449).

A movimentação dos investimentos está apresentada na tabela a seguir:

	Investimentos	Outros investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	89.695	296	89.991
Equivalência patrimonial (Nota 35)	(19.324)	-	(19.324)
Seguradora Líder DPVAT	-	5	5
Saldo em 31 de dezembro de 2019	70.371	301	70.672

17. CONTAS A PAGAR

	2019	2018
17.1. Obrigações a pagar		
Participação sobre os resultados	8.574	8.783
Outras obrigações a pagar	3.048	3.940
	11.622	12.723

	2019	2018
17.2. Outras contas a pagar		
Contas a pagar serviços de terceiros	7.823	10.332
Outras contas a pagar	560	746
Contas a pagar - <i>Intercompany</i> (Nota 38)	21.225	1.948
	29.608	13.026

18. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR / IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2019	2018
IOF sobre prêmios de seguros	8.214	9.046
Impostos retidos na fonte	7.095	1.831
Contribuições previdenciárias/FGTS	4.418	4.314
PIS/COFINS/CIDE	6.901	2.187
IRPJ e CSLL	1.944	-
Total	28.572	17.378

19. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS (PASSIVO)

	2019	2018
Riscos emitidos	204.972	170.991
Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)	79.410	97.624
Comissões sobre seguro cedido em resseguro	(60.333)	(56.309)
(-) Ajuste ao valor de realização	(345)	(1.084)
Resseguro cedido	223.704	211.222
Sinistros	6.450	11.548
Outros débitos	7.738	19.480
Resseguro a liquidar	14.188	31.028
	237.892	242.250
Circulante	237.892	234.392
Não circulante	-	7.858

20. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

	2019	2018
Contas a pagar - DPVAT	1.131	281
Outros débitos	-	1.308
	1.131	1.589

21. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2019						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	908	71	106	108	177	543	1.913
Outros depósitos	99	60	245	53	84	364	905
	1.007	131	351	161	261	907	2.818

	2018						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	121	-	-	-	-	-	121
Prêmios e emolumentos recebidos	956	762	91	226	268	550	2.853
Outros depósitos	72	35	47	164	32	224	574
	1.149	797	138	390	300	774	3.548

A composição das provisões técnicas por ramo está demonstrada a seguir:

	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão para despesas administrativas - PDA	Total provisão para contratos de seguros
Aeronáuticos	-	-	10	-	-	-	10
Automóvel	-	-	227	-	126	-	353
DPVAT	-	-	10.505	94.147	816	1.059	105.711
Garantia estendida	2.113	-	115	115	163	-	3.207
Riscos financeiros	2.815	1.194	85	2.664	669	-	7.427
Garantia seguro - Setor público	8.539	4.397	4.240	4.804	1.550	-	23.530
Garantia seguro - Setor privado	390	63	235	142	93	-	923
Lucros cessantes	5.202	825	1.029	1.686	143	-	8.885
R.C. profissional	9.466	2.096	21.022	6.924	5.417	-	44.925
R.C. geral	19.993	4.331	83.318	51.730	22.358	-	181.730
R.C. de administradores e diretores (D&O)	27.419	20.751	53.320	25.104	14.575	-	141.169
R.C. riscos ambientais	10.806	654	9.183	6.008	1.197	-	27.848
Compreensivo riscos cibernéticos	3.868	-	64	557	145	-	4.634
Viagem	27.542	2.916	2.909	16.935	3.057	-	53.255
Compreensivo operações portuárias	4.782	3.229	9.027	6.739	834	-	21.679
Responsabilidade civil hangar	1.186	309	18.749	14.006	2.709	-	36.959
Riscos de engenharia	5.709	354	411	4.654	245	-	11.373
Riscos diversos	9.902	2.831	5.439	23.609	1.732	-	43.513
Riscos financeiros - Crédito interno	23.231	9.962	68.557	35.885	579	-	138.214
Riscos nomeados e operacionais	48.284	29.521	41.739	26.451	2.811	-	148.806
Transporte internacional	2.982	2.035	1.809	368	214	-	7.408
Transporte nacional	4.645	4.063	5.883	663	1.022	-	16.276
Turístico	1.781	433	238	1.505	312	-	4.269
Vida em grupo	-	-	1.760	-	332	-	2.092
Demais ramos	10.152	5.740	19.803	10.444	4.646	-	50.785
Total	230.807	95.704	359.677	335.800	64.929	1.059	1.087.976
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	989.072
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	98.904

	Prêmios diferidos - PPNG	Prêmios diferidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão para despesas administrativas - PDA	Total provisão para contratos de seguros
Aeronáuticos	-	-	-	1.408	-	-	1.408
Automóvel	-	-	368	-	160	-	528
DPVAT	-	-	12.242	100.359	-	469	113.070
Garantia estendida	1.597	-	233	538	194	-	2.562
Riscos financeiros	3.172	711	61	2.116	387	-	6.447
Garantia seguro - Setor público	35.566	10.579	2.262	2.283	837	-	51.527
Garantia seguro - Setor privado	659	419	463	464	175	-	2.180
Lucros cessantes	5.105	6.501	1.011	4.043	398	-	17.058
R.C. profissional	19.163	2.526	17.589	9.784	4.601	-	53.663
R.C. geral	22.948	2.923	79.566	50.273	21.143	-	176.853
R.C. de administradores e diretores (D&O)	33.943	8.635	41.400	17.275	6.143	-	107.396
R.C. riscos ambientais	11.776	2.344	11.176	4.433	1.060	-	29.751
Viagem	17.603	3.577	6.965	9.921	1.616	-	39.689
Compreensivo operações portuárias	17.603	3.577	6.965	9.921	1.616	-	39.689
Responsabilidade civil hangar	4.551	1.403	3.900	2.589	547	-	12.990
Responsabilidade civil facultativa para aeronaves RCF	-	-	4.328	466	282	-	5.076
Responsabilidade civil hangar	5.799	132	24.300	14.521	2.264	-	47.016
Riscos de engenharia	7.083	89	1.771	6.573	402	-	15.918
Riscos diversos	9.338	2.059	2.734	11.199	1.915	-	27.245
Riscos financeiros - Crédito interno	26.791	10.872	53.997	17.475	197	-	109.332
Riscos nomeados e operacionais	48.789	50.378	29.140	31.935	3.134	-	163.376
Transporte internacional	1.582	895	9.891	656	683	-	13.707
Transporte nacional	4.995	2.198	14.482	2.745	1.732	-	26.152
Turístico	1.328	444	1.401	756	409	-	4.338
Vida em grupo	-	-	1.422	-	253	-	1.675
Demais ramos	12.090	6.200	27.304	7.724	4.822	-	57.700
Total	272.840	112.885	348.006	299.536	52.914	469	1.086.650
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	985.428
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	101.222

22.1. Garantia das provisões técnicas

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos garantidores de provisões técnicas:

	2019	2018
Provisões técnicas - seguros (A)	1.087.976	1.086.650
Direitos creditórios (i)	171.195	209.468
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	12.908	15.441
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PPNG	67.292	78.937
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PSL	226.186	213.631

Custo de aquisição de contratos de resseguro			
Mutação da DAC			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	47.523		
Adições	72.193		
Amortizações	(68.455)		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	51.261		
Adições	75.499		
Amortizações	(86.381)		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	40.379		
Custo de aquisição de contratos de seguro			
Mutação da DAC - RVNE			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.328		
Nova estimativa de comissões emitidas	12.539		
Estimativa de comissões amortizadas	(310)		
Reversão da reserva anterior	(7.327)		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.230		
Nova estimativa de comissões emitidas	9.390		
Estimativa de comissões amortizadas	(156)		
Reversão da reserva anterior	(12.230)		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.234		
Passivos de contratos de seguro		Ativos de contratos de resseguro	
Mutação da PSL com PDR			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	290.002	167.822	
Sinistros avisados	134.579	41.705	
Alterações de estimativa	238.122	64.130	
Pagamento de sinistros	(181.735)	(3.959)	
Encerramento sem indenização	(121.207)	(48.907)	
Atualização monetária e juros	14.171	12.994	
Varição IBNER	7.582	(358)	
Movimentação DPVAT e retrocessão	(594)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	400.920	233.427	
Sinistros avisados	152.954	57.192	
Alterações de estimativa	250.579	10.682	
Pagamento de sinistros	(269.104)	(6.449)	
Encerramento sem indenização	(119.237)	(52.123)	
Atualização monetária e juros	10.334	7.536	
Varição IBNER	342	4.518	
Movimentação DPVAT e retrocessão	(2.182)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	424.606	252.783	
Passivos de contratos de seguro		Ativos de contratos de resseguro	
Mutação da IBNR			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	234.612	103.592	
Reversão da reserva anterior	(234.612)	(103.592)	
Constituição da nova reserva	299.536	118.133	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	299.536	118.133	
Reversão da reserva anterior	(299.536)	(118.133)	
Constituição da nova reserva	335.800	162.356	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	335.800	162.356	
Passivos de contratos de seguro		Ativos de contratos de resseguro	
Mutação da PDA			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	489		
Reversão da reserva anterior	(489)		
Constituição da nova reserva	469		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	469		
Reversão da reserva anterior	(469)		
Constituição da nova reserva	1.059		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.059		

23. PROVISÕES

A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Nas ações trabalhistas, o valor das contingências é provisionado com base na expectativa de realização desses passivos.

Nas ações cíveis, que envolvem disputas principalmente relativas a danos morais e materiais, o montante provisionado representa a avaliação da Administração dos prováveis insucessos nessas ações, com base na média histórica dos pagamentos efetuados ou, quando aplicável, de acordo com a avaliação de seus respectivos assessores jurídicos. A provisão para sinistro em discussão judicial considera perspectivas de perda e estão incluídas na conta de provisão de sinistros a liquidar.

Os processos tributários são considerados contingências de acordo com a avaliação dos respectivos assessores legais.

Em 31 de dezembro de 2015, a Seguradora constituiu provisão referente à Contribuição Previdenciária incidente sobre as comissões pagas aos corretores de seguro nos exercícios de 1996 a 2000 (período da *joint venture* com o grupo Unibanco) resultado da avaliação jurídica de nossos assessores legais sobre os dois processos que discutem a incidência da Contribuição Previdenciária. A análise de risco dos processos foi classificada em provável de perda, resultando em uma provisão no valor total de R\$ 2.746 (Principal: R\$ 1.196 – Juros: R\$ 1.550), correspondente ao valor do Depósito Judicial.

Em 29 de agosto de 2017, a Seguradora aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT – instituído pela MP nº 783/2017 posteriormente convertida na Lei nº 13.496/2017, para liquidação do débito. Como resultado da adesão ao programa, houve a reversão da provisão no valor de R\$ 3.074 (Principal: R\$ 1.195 – Juros: R\$ 1.875)

	2019	2018
Provisões trabalhistas	880	859
Provisões cíveis	766	4.432
	1.646	5.091

	2019	2018
Movimentação		
Saldo inicial	5.091	274
Constituição	732	2.579
Reversão	(1.304)	(18)
Juros/atualização	(2.280)	2.679
Pagamento	(593)	(423)
Saldo final	1.646	5.091

Contingências 2019		
Valor reclamado	Valor provisionado	
Perda provável	3.424	1.646
Perda possível	27.317	-
Perda remota	9.637	-
	40.378	1.646

Contingências 2018		
Valor reclamado	Valor provisionado	
Perda provável	3.898	5.091
Perda possível	24.350	-
Perda remota	10.134	-
	38.382	5.091

Sinistros judiciais - 2019		
Valor reclamado	líquido de resseguro	
Perda provável	11.413	1.147
Perda possível	99.591	25.145
Perda remota	31.732	6.744
	142.736	33.036

Sinistros judiciais - 2018		
Valor reclamado	líquido de resseguro	
Perda provável	1.003	911
Perda possível	35.142	17.571
Perda remota	8.237	1.647
	44.382	20.129

24. PASSIVO FISCAL DIFERIDO

	2019	2018
Imposto de renda	6.243	4.103
Contribuição social	3.746	3.282
	9.989	7.385

Ajustes contábeis decorrentes da marcação a mercado dos investimentos

Receita de juros e tributos não realizados

	2019	2018
	5.401	1.366
	4.588	6.019
	9.989	7.385

A movimentação dos impostos diferidos passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

	Marcação a mercado dos investimentos	Receitas de juros e tributos não realizados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.366	6.019	7.385
Movimentação	4.035	(1.431)	2.604
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.401	4.588	9.989

25. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) **Capital social**

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.099.262 está representado por 5.850.415.554 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária é de 90,5601063736% pela AIG Brasil Holding I, LLC e 9,4398936264% pela AIG Brasil Holding II, LLC.

(b) **Reservas**

A reserva legal é constituída, quando aplicável, na forma prevista na legislação societária, devendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída, quando aplicável, para assegurar à Seguradora margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

(c) **Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de até 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, quando aplicável.

26. PRÊMIOS EMITIDOS DE SEGUROS

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

Ramo	2019		2018	
	Prêmio emitido	Percentual	Prêmio emitido	Percentual
Compreensivo empresarial	11.377	2%	15.772	2%
Crédito à exportação	3.821	1%	4.272	1%
DPVAT	13.195	2%	27.587	4%
Garantia estendida	1.657	0%	1.082	0%
Garantia seguro - Setor público	(10.482)	-2%	15.882	2%
Lucros cessantes	5.887	1%	15.076	2%
R.C. profissional	25.500	4%	40.616	6%
Marítimos (cascos)	2.578	0%	2.729	0%
R.C. geral	41.468	7%	50.520	7%
R.C. riscos ambientais	19.000	3%	19.603	3%
R.C. administradores e diretores - D&O	82.256	13%	81.600	11%
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	24.912	4%	24.357	3%
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	36.170	6%	35.423	5%
Responsabilidade civil hangar	1.402	0%	11.347	2%
Riscos de engenharia	5.325	1%	5.995	1%
Riscos diversos	42.307	7%	28.743	4%
Riscos financeiros	9.032	1%	9.101	1%
Riscos financeiros - Crédito interno	54.525	9%	60.286	8%
Riscos nomeados e operacionais	128.765	21%	171.482	24%
Seguros compreensivos operações portuárias	15.977	3%	15.447	2%
Transporte internacional	9.362	1%	7.793	1%
Transporte nacional	15.702	3%	20.653	3%
Turístico	4.503	1%	3.411	0%
Viagem	66.220	11%	45.010	6%
Demais ramos	14.724	2%	(170)	0%
	624.983	100%	713.517	100%

26.1. Prêmios ganhos por ramos de atuação

Ramo	2019		
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Compreensivo empresarial	15.510	53%	19%
Crédito à exportação	3.420	19%	14%
Riscos financeiros - Crédito interno	58.996	65%	12%
DPVAT	12.406	77%	0%
Garantia estendida	1.141	60%	1%
Garantia seguro - Setor público	22.727	22%	16%
Lucros cessantes	11.267	-13%	11%
Marítimos (cascos)	2.084	50%	16%
R.C. profissional	35.624	25%	14%
R.C. geral	43.014	40%	13%
R.C. riscos ambientais	20.625	24%	14%
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	24.769	77%	20%
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	35.853	61%	20%
R.C. administradores e diretores - D&O	76.664	44%	15%
Responsabilidade civil hangar	5.665	36%	4%
Riscos de engenharia	6.434	-24%	13%
Riscos diversos	40.969	83%	6%
Riscos financeiros	8.906	10%	9%
Riscos nomeados e operacionais	150.614	24%	7%
Seguros compreensivos operações portuárias	13.923	83%	6%
Transporte internacional	6.764	56%	7%
Transporte nacional	14.187	64%	7%
Turístico	4.061	34%	7%
Viagem	56.942	72%	0%
Demais ramos	11.070	-10%	11%
	683.635	45%	10%

Ramo	2018		
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Compreensivo empresarial	11.345	129%	20%
Crédito à exportação	3.400	-34%	13%
Riscos financeiros - Crédito interno	52.684	65%	10%
DPVAT	27.565	81%	1%
Garantia estendida	14.859	37%	1%
Garantia seguro - Setor público	16.637	10%	4%
Lucros cessantes	2.697	-19%	10%
Marítimos (cascos)	37.058	22%	15%
R.C. profissional	48.110	83%	11%
R.C. riscos ambientais	17.321	87%	15%
Responsabilidade civil do transportador desvio de carga	23.467	74%	20%
Responsabilidade civil do transportador rodoviário carga	34.492	67%	20%
R.C. administradores e diretores - D&O	68.893	48%	15%
Responsabilidade civil hangar	10.265	231%	4%
Riscos de engenharia	5.733	22%	12%
Riscos diversos	27.659	50%	9%
Riscos financeiros	5.218	63%	7%
Riscos nomeados e operacionais	135.819	4%	7%
Seguros compreensivos operações portuárias	14.241	31%	7%
Transporte internacional	7.542	90%	11%
Transporte nacional	20.875	130%	8%
Turístico	2.836	-36%	8%
Viagem	26.608	137%	0%
Demais ramos	1.094	-233%	27%
	617.350	53%	10%

27. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS

As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	2019	2018
Provisão de prêmios não ganhos	59.442	(96.145)
Provisão despesas administrativas - DPVAT	(790)	(22)
	58.652	(96.167)

28. SINISTROS OCORRIDOS

Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	2019	2018
Indenizações avisadas - Administrativas	(230.347)	(223.035)
Indenizações avisadas - Judiciais	(10.684)	(12.082)
Indenizações avisadas de consórcios e fundos	(18.381)	(16.369)
Despesas com sinistros - Administrativos	(19.987)	(21.908)
Despesas com sinistros - Judiciais	(9.922)	(6.444)
Retrocessões - Indenização	219	(477)
Retrocessões - Despesa	-	(2)
Recuperação de sinistros - Cosseguro	7.392	(10.708)
Salvados	1.651	351
Ressarcimentos	13.738	12.402
Varição de sinistros IBNER	(27.571)	(39.189)
Varição de sinistros IBNER - Ajuste PSL	(476)	(2.466)
Varição de despesas relacionadas do IBNR	(4.972)	(2.298)
Despesas com sinistros consórcios fundos	(6.059)	(6.990)
Serviços de assistência	(48)	(38)
	(305.447)	(328.823)

29. CUSTO DE AQUISIÇÃO

A abertura da despesa custo de aquisição de contratos de seguro:

Ramo	2019	2018
Compreensivo empresarial	(2.972)	(2.268)
Crédito à exportação	(464)	(442)
Riscos financeiros - Crédito interno	(6.912)	(5.208)
DPVAT	(3)	(331)
Garantia estendida	(10)	(9)
Garantia seguro - Setor público	(3.592)	(1.115)
Lucros cessantes	(1.188)	(1.643)
Marítimos (cascos)	(341)	(493)
R.C. profissional	(5.048)	(5.420)
R		

Relatório do Comitê de Auditoria

lmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e AIG Resseguros Brasil S.A. São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AIG Seguros Brasil S.A., instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e com sua formação homologada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, composto por três membros indicados e nomeados pela Assembleia Geral, se reuniu em 2019, em oito oportunidades.

O Comitê estende a sua competência à AIG Resseguros Brasil S.A., atuando na condição de Comitê de Auditoria Único para todo o Grupo AIG Seguros ("AIG"), por deliberação da instituição líder do grupo, de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.

O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2019 o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência.

Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e *compliance*, e nas suas próprias análises.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da AIG. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A., a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

Assizio Aparecido de Oliveira
Membro do Comitê de Auditoria

Josemar Costa Silva
Membro do Comitê de Auditoria

Luiz Pereira Souza
Membro do Comitê de Auditoria

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Acionistas e Administradores da **AIG Seguros Brasil S.A.**

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Seguros Brasil S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **AIG Seguros Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo, 1.400, Torre Torino
São Paulo – SP – Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira - MIBA 729

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

AIG Seguros Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AIG Seguros Brasil S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Seguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

138
grupos de
diversidade
ao redor do mundo

+11
mil
funcionários
engajados
em
programas
de inclusão

A AIG possui
grupos de
diversidade
espalhados em
54 países

42%
do Time Executivo de
Liderança da AIG
é diverso

45%
do Comitê Executivo
da AIG Brasil é
diverso

47%
de mulheres em cargos
de gestão
na AIG Brasil

TODA HISTÓRIA DE SUCESSO PRECISA DE ALIADOS

A AIG se orgulha de ser aliada de mais de 80% das empresas listadas na Forbes 2000

e incentivar ambientes inclusivos para uma sociedade mais segura e diversa.

